

FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DO COTIDIANO DAS ESCOLAS PELO MÉTODO DE ENSINO MÚTUO POR MEIO DA “SÉRIE COLONIAL” DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

José Carlos de Araujo Silva*

Terminada a tarde, um punhado de dados, quase nada. Mas são exclusivamente nossos, de quem soube ir a seu encontro, e a caçada foi muito mais importante que o animal capturado. Cabe perguntar se o historiador encontra-se alguma vez mais próximo da realidade concreta, dessa verdade que anseia por atingir e que lhe escapa permanentemente, do que no momento em que tem diante de si, examinando-os atentamente, esses restos de escrita que emanam do fundo das eras, como destroços de um completo naufrágio, objetos cobertos de signos que podemos tocar, cheirar, observar na lupa, e aos quais ele dá o nome de “fontes”, em seu jargão. Georges Duby, 1993.

O objetivo deste trabalho é, através da variada documentação disposta na série documental intitulada “colonial” do Arquivo Público do estado da Bahia, caracterizar o funcionamento cotidiano, a vida e o trabalho docente após a decretação da lei imperial de 1827 que oficializou o método de ensino mútuo no império recém criado.

A princípio devemos salientar que o pouco que ainda se sabe sobre este período e sobre o próprio método do ensino mútuo, ainda sofre uma espécie de preconceito oriundo de uma análise da história da educação brasileira profundamente influenciada por Sérgio Buarque de Hollanda e principalmente por Fernando de Azevedo ao considerarem a escolha deste método durante o primeiro império como mais um dos muitos exemplos do atraso brasileiro em relação às nações européias.

* Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – DCH IV. Mestre em Educação pela UFBA (Filosofia e História da Educação), Doutorando em Educação pela UFRN (Cultura e História da Educação).

Por outro lado, a maioria dos estudos sobre este período e sobre este método primaram por se basear na análise da legislação imperial e/ou provinciais, ou então do exemplo de algumas instituições que se mostraram como representantes das práticas escolares do período. Este um dos aspectos ainda mais marcantes da produção historiográfica-educacional brasileira, onde apesar da maciça produção no campo da história cultural, ainda nos deparamos freqüentemente com estudos que singularizam intelectuais, pedagogistas e professores e/ou instituições escolares, quase sempre na busca de precursores ou pioneiros de algo ou alguma coisa em algum lugar, algo que considero um resquício ainda positivista.

Posto isso, a partir da documentação pesquisada no Arquivo Público do Estado da Bahia, especificamente na série Colonial e dentro desta nas sub-séries: Pessoal do Magistério; Instrução Pública; Ensino Elementar; Câmaras e Compêndios didáticos, pretende-se demonstrar as potencialidades de tais fontes para uma melhor compreensão de um período tão pouco conhecido da história da educação baiana e brasileira.

A importância desse trabalho reside na carência de pesquisas sobre a educação brasileira durante os períodos colonial e imperial, pesquisas que singularizam as diversidades espaço-temporais das capitanias, posteriormente províncias imperiais. No caso dos estudos sobre a colônia, destacam-se aqueles sobre os jesuítas, seus métodos, colégios e recolhimentos além de outros, ainda raros, sobre o período pombalino, estes, ainda muito restritos à análise da legislação educacional. Quanto ao império, os estudos mais conhecidos, após um período de pesquisas sobre a emergência do ensino normal e a femininização do magistério, tratam, principalmente, do terço final do século XIX, em especial buscando suporte ou referências para um melhor entendimento do projeto

educacional republicano, este sim, o grande — em termos quantitativos — período da produção histórico-educacional brasileira.

No que se refere ao período abarcado pelo presente artigo cabe destacar as dificuldades que são a tônica da pesquisa documental sobre um período cronologicamente tão distante, o mais elementar desses problemas se apresenta, em primeiro lugar no péssimo estado de conservação de uma boa parte do acervo, fruto do descaso dos poderes públicos para com a memória e o patrimônio cultural, além disso, a falta de uma seriação mais criteriosa, resultado da ausência de funcionários qualificados para a execução dessas tarefas. Por fim, as próprias dificuldades oriundas das lacunas freqüentemente encontradas nas séries documentais que, se por vezes prejudicam a concatenação da organização espaço-temporal, em contrapartida, aguça a criatividade do pesquisador através da busca por outras séries, através do recurso da garimpagem, indícios outros que permitam uma intelegibilidade ao seu estudo.

Na decorrer da pesquisa nas sub-séries da seção colonial que consideramos como diretamente relacionadas enquanto fontes para o estudo da educação baiana na primeira metade do século XIX nos deparamos com uma gama de documentos que nos serviram de suporte para uma melhor compreensão da dinâmica cotidiana das aulas nacionais que funcionaram pelos métodos de ensino mútuo e simultâneo, especialmente quanto ao conhecimento de quem eram, como viviam, como e se aplicavam esses métodos, além, de para nossa surpresa podermos identificar os alunos, suas vidas cotidianas, seus pais e seu desempenho escolar.

As fontes apresentam nomes

Em uma pesquisa que objetivava caracterizar o trabalho dos professores que utilizavam o método de ensino mútuo no recôncavo da província da Bahia a documentação da seção citada mostrou-se de suma importância a esse mister, nela podemos destacar a possibilidade de realizar o acompanhamento do trabalho, do pensamento e da vida de dois professores até então desconhecidos: Lázaro Muniz da Costa e Pe. Manoel Joaquim d’Azevedo.

Conferimos destaques a esses professores deixando claro que não pretendemos cair na “armadilha” da tradicional história cultural que postula realizar estudos sobre intelectuais e homens de letras, na maioria das vezes, distanciados dos seus contemporâneos, como que isolados no espaço e no tempo. Em nossa concepção, estes professores se apresentaram no decorrer da pesquisa documental e nos serviram de “guia” pelos emaranhados das demandas cotidianas daquilo do que seria ser professor na Bahia imperial.

O primeiro “contato” que tive com o nome do professor Lázaro Muniz da Costa ilustra com clareza, algo que foi muito comum a todos esses professores, a dificuldade em se conseguir um local para realizar o seu trabalho pedagógico, situação que obrigou a que o espaço da escola por muito tempo fosse indeterminado da residência dos professores, ou quando isso não acontecia, os pátios de quartéis e adros de igrejas fossem os locais mais comuns de funcionamento dessas escolas.

Diz Lázaro Muniz da Costa, Professor Nacional de Primeiras Letras da Aula do Ensino Mutuo da Freguezia de S. Pedro, que ontem recebeo hum officio da Meza dos Órfãos em que o aviza, para quanto antes evacuar a Aula, que tem no Sallão do Hospicio de Jeruzalem por ordem do governo que o que se não tem arrendado por cauza da Escola, quando parece não

ser só a Aula esse motivo, porque ainda todos os cubiculos estão cheios de imensos, e diversos volumes inventariados, que ainda se não evacuarão, além disso ainda existe o Donato com tres escravos, fora 8 ou 9, que o tezoureiro levou para os órfãos; más como a Meza manda, que o Supplicante evacue a Aula parece justo que este leve como leva ao conhecimento de V.Ex.^a, para que haja de lhe determinar para onde deve conduzir e firmar [] Estabelecimento, bem como respeitosamente lembrou a V. Ex.^a. hum dos salloens, que há no Quartel que foi do B.^m 10, que tudo ali foi feito a custa da Fazenda Publica, que conforme a lei de 15 de outubro de 1827 deve dar caza idonea para as Aulas do Ensino Mútuo. (APEB, Ensino Elementar, 4006, 04/12/1831).

Com descrito no documento acima, este professor deveria evacuar sua aula e procurar um outro local para estabelece-la, mas quem foi Lázaro Muniz da Costa?

o nome deste professor aparece juntamente a uma controvérsia? Como o método de ensino mútuo foi ensinado aos professores nacionais? Segundo a historiadora Maria Thetis Nunes na sua *História da Educação em Sergipe*, teria sido através de Eusébio Vanério. Por outro lado, sabemos e inclusive tivemos contato com a tradução do *Manual das Escolas Elementares D'Ensino Mutuo* realizada pelo advogado baiano João Alves Portella, que foi no seu retorno, nomeado professor de métodos da Escola Normal da Bahia.

É nesse ínterim, já que esta Escola Normal fundada em 1836 apenas começou a funcionar em 1842, que destacamos mais uma vez o até então “desconhecido” Lázaro Muniz da Costa que afirmava em um documento que em 1828, recebeu da presidência da Província a incumbência de ensinar aos outros professores a prática do método do ensino mútuo, e que anos mais tarde quando estes mesmos professores foram cobrados pelas autoridades, estas aceitaram o “curso” ministrado pelo professor em questão.

Parece-nos que o professor Costa era um destacado representante do magistério baiano, pois em um documento de caráter autobiográfico relatou sobre a visita do Imperador à sua aula:

Em 1826 no dia 13 de março pelas 4 horas da tarde inesperadamente [...] pela Aula S.S.M.M. o Imperador Sr. D. Pedro Primeiro, a Imperatriz, a Rainha hoje de Portugal, e a Viscondesa de Santos. Examinou elle mesmo a Aula, Fes elle mesmo trabalhar em todos os tres exercicios, escripta, leitura e Arithmetica, para que lhe pedio o feito que a inda conserva. Das 5 ½ horas da tarde Fês cessar o serviço, e despedio os meninos em nº de cento e tantos (APEB, Ensino de Elementar, 4006, 11/11/1850).

Nesse mesmo documento, o professor que foi jubilado (aposentado) em 12/11/1841, após dezenove anos de magistério, afirmava continuar nove anos depois, no magistério privado, na distante povoação do rio Vermelho, de onde desabafava a tristeza quanto, ”... o prejuízo q teve tirado da boca de seus filhos abeneficio da mocidade, attenta a sua pobreza depois de tanto ter servido a Nação sem premio algum” (APEB, Ensino de Elementar, 4006, 11/11/1850).

Esse discurso pesaroso quanto ao exercício do magistério, destoa do pensamento sobre a educação e o trabalho pedagógico de outro professor constituído de importância pela documentação pesquisada: O padre-mestre Manoel Joaquim d’Azevedo.

Notabilizado através dos discursos de várias autoridades, inclusive de presidentes de província, salientando a eficiência, o denodo e a responsabilidade deste professor que manteve por duas décadas uma aula de primeiras letras pelo método de ensino mútuo

“puro”¹, no adro do Convento do Carmo situado na cidade de Cachoeira, segunda maior aglomeração urbana da província.

dando Aula duas vezes ao dia sendo de manhã das 8 as 11 e a tarde das duas as 5 onde esta frequentemente ainda mesmo nas 5as. Feiras dexando de o fazer somente nos dias feriados de Festas Nacionaes, e em todo anno rezidido constantemente dentro da mesma Villa”. (APEB, Ensino Elementar, 4002, 22/01/1834).

Quanto ao seu trabalho docente e as dificuldades oriundas de um cotidiano onde as necessidades mais elementares não eram satisfeitas, o Pe. Azevedo buscava solucioná-los de uma maneira bem típica de um professor que incorporando a concepção de um magistério-sacerdócio, ao receber uma gratificação por serviços prestados afirmou não procurar “[...] o requerente tal emprego para ambicionar o ordenado, e sim, por genio particular de instruir a mocidade fazendo com isso serviços proprios de um clerigo a sua patria.”(APEB, Câmaras, 1269, 16/11/1832).

Dessa maneira, considerava que a tarefa de promoção da educação tratava-se de um desdobramento da função sacerdotal que seria de livrar a mocidade do “inferno” da ignorância, por isso orgulhava-se de:

sem o mais pequeno dispendio a Nação; e que abrindo Aula pelo Scistema (lancasteriano), em dia 13 de julho do mesmo anno (1829), convidou a Camara respectiva, e autoridades para hirem observar, cuja mobilha e utensilios offereceo gratuitamente, sendo que os demais Professores só principiarão a ensinar pelo Scistema depois de serem fornecidos com grande dispendio ao Thesouro Publico; e tem todos os anos a renovar as [mobílias] estragadas pela tenra Mocidade e suprido sua Aula de todo o necessario a custa do seu Ordenado. (APEB, Ensino Elementar, 4006, 04/10/1834).

¹ Este termo é utilizado na documentação para diferenciar aqueles que utilizavam exclusivamente o método de ensino mútuo, da grande maioria dos outros professores que utilizavam uma espécie “híbrida” de método de ensino, conjugando o mútuo e o simultâneo.

Na ampla e diversificada comunicação com as autoridades, mantida ao longo de duas décadas pelo professor Manoel Joaquim d’Azevedo, destacamos um tipo determinado, que demonstram, seguramente, a aplicação do método do ensino mútuo como prescrito nos manuais, principalmente, no cumprimento da elaboração e envio dos mapas escolares². para a Presidência da Província, prática tão incomum da maior parte dos outros professores que motivou a suspensão do pagamento daqueles que não cumprissem tal determinação.

Esses mapas escolares mostraram-se de uma riqueza vastíssima pela possibilidade de além de possibilitarem o acompanhamento quantitativo da escola deste professor, também permitir uma série de informações que qualificaram a análise, quanto à cor da pele, legitimidade, idade de ingresso e saída das aulas, profissão dos pais e progresso dos alunos.

Aplicando o método de ensino mútuo de acordo com o estabelecido nos manuais indicados pela Presidência da Província e cumprindo todas as obrigações expressas nessas obras, principalmente acerca dos registros solicitados para o controle do funcionamento da escola. Esse professor teve a freqüência de sua aula ao longo dos seus 20 anos de magistério entre as maiores, e não em poucos anos, a maior da província. Mesmo nos anos anteriores à retenção salarial dos professores pelo não envio de tais mapas (1842), este mestre já os enviava com freqüência e seguindo um modelo idêntico ao indicado por Sarazin, em seu *Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mutuo*.

A número dos alunos nessa aula de primeiras letras chegou ao máximo de 160 alunos no ano de 1830 (APEB, Ensino Elementar, 4010, 20/06/1830), e apesar da tônica dessas escolas demonstrar, no aspecto quantitativo, ser grande a oscilação anual entre os estudantes, e até do número de aulas na província, mas no caso da aula do Pe. Azevedo,

². Ver exemplo em anexo ao final desse artigo.

encontramos sempre uma quantidade de moços digna de registro, como nos anos que serviram de amostra, no caso: 1840, 1842, 1846 e 1847.

Naqueles anos, esta aula foi freqüentada por 101, 68, 108 e 98 alunos respectivamente, o que exemplifica duas afirmações feitas anteriormente, quanto à oscilação do número de alunos, e também quanto à significativa freqüência de alunos nessa aula, já que, em todos esses anos, a média dessa escola foi superior à média da capital da província e da própria vila de Cachoeira. Podemos inferir sem receio de cometer um exagero que, em alguns anos, essa aula pode ter correspondido sozinha a aproximadamente 30% dos alunos do sexo masculino da vila, o que demonstra que apesar de ser uma única amostra, em termos percentuais, ela é bastante significativa.

Enquanto análise quantitativa, os mapas possibilitaram a caracterização dos índices de evasão escolar e de renovação de alunos em duas situações distintas: em anos intervalados, como na comparação do ano de 1842 em relação ao ano de 1840, e também em anos imediatamente subseqüentes, como no ano de 1847 em relação ao ano de 1846. Essas comparações nos levaram, em um primeiro momento, a questionar se esses índices sofreriam mudança significativa em duas situações distintas, partindo-se da premissa que um aluno concluir as oito classes em que era dividida a escola de primeiras letras pelo método do ensino mútuo em tempo inferior a dois anos era uma possibilidade bastante rara.

Tabela 1 – Alunos que continuaram na aula X aluno novos

	1842		1847	
	Nº	%	Nº	%
Continuaram	23	33,82	57	59,37
Novos	43	63,23	37	38,54

Prontos	02	2,94	02	2,08
TOTAL	68	99,99	96	99,99

Pela tabela acima, pudemos considerar que um dos grandes problemas de permanência dos alunos na escola estava diretamente relacionado com o tempo necessário para a conclusão dos estudos, uma vez que, o percentual de alunos que continuaram na escola durante o período de dois anos, foi significativamente menor do que quando analisamos o mesmo fenômeno, detendo-nos apenas a anos subseqüentes.

A categoria descrita na tabela como “continuaram” também nos serviu para o estabelecimento de um índice de evasão escolar nos anos estudados, o que mais uma vez comprovou a nossa afirmação anterior, de que a evasão realmente era diretamente proporcional ao aumento do tempo necessário para a conclusão dos estudos nessa escola.

Quanto aos concluintes, os chamados “prontos”, durante os quatro anos que estudamos esta aula, encontramos além dos citados na tabela acima, dois em 1842 e dois em 1847, foram em número de quatro em 1840 e dois em 1846. Os índices de conclusão dos alunos nesses mapas oscilaram, durante o período estudado, entre 3,9% e 1,85% dos alunos que saíram “prontos”, percentuais realmente baixíssimos.

Com relação aos alunos que fizeram seus primeiros contatos com a leitura, a escrita e a aritmética nessa escola, pudemos também através dos mapas escolares, caracterizá-los conforme aspectos outros, como o da legitimidade. Sobre esse aspecto, postulamos conhecer qual a estrutura familiar desses meninos, ou seja, qual a sua relação com as famílias, se enjeitados, legítimos, ilegítimos ou mesmo órfãos. Nesse ponto, encontramos variações bastante interessantes que se alternaram quanto a um maior número de alunos,

definidos como filhos legítimos nos anos de 1840 e 1842. Sendo por sua vez, os alunos ilegítimos em maior número nos outros dois anos estudados.

Como a divisão dos mapas apenas informou acerca da legitimidade ou não dos alunos, apenas em um caso encontramos a referência a um enjeitado, em 1840. Apesar das variações entre alunos legítimos e ilegítimos, os seus percentuais sempre estiveram bastante próximos. Pela análise desse tipo de informação podemos claramente notar que o atendimento dessa escola nos parecia amplo o bastante para aglutinar indivíduos oriundos de todas as formações familiares, jurídica e socialmente aceitas. Sabemos que a chamada ilegitimidade, principalmente entre as camadas mais pobres da população, era uma situação por demais conhecida e, por que não dizer, comum.

Ainda no que tange a origem familiar dos alunos e para melhor fundamentar as observações sobre esses alunos da Vila de Cachoeira, reproduzimos abaixo a tabela das profissões atribuídas aos pais dos estudantes, elemento com o qual podemos tecer outras considerações que permitam melhor conhecer seus filhos.

Tabela 3 – Profissão dos pais de aluno

PROFISSÃO	1840	1842	1846	1847
Coletor	3	1	0	0
Tintureiro	1	0	0	0
Negócio	8	6	22	17
Sapateiro	3	4	4	2
Lente de retórica	1	0	0	0
Ferreiro	2	0	0	2

Proprietário	3	0	0	0
Procurador das causas	1	1	0	0
Caixeiro	1	0	0	0
Aparelhador de couros	1	0	0	0
Alfaiate	3	1	4	4
Pedreiro	2	4	0	4
Marceneiro	2	0	1	0
Lavrador	1	3	4	3
Soldado policial	1	1	0	0
Mestre de açúcar	2	0	0	0
Comandante da polícia	1	0	0	0
Mestre de barco	1	0	1	0
Caixeiro de engenho	2	0	0	0
Músico	1	0	0	1
Pescador	0	2	2	2
Escrevente de cartório	0	1	0	0
Carpina	0	1	2	2
Proprietário de engenho	0	0	1	1
Serralheiro	0	0	1	1
Oficial de justiça	0	0	1	1
Prof. particular de francês	0	0	1	2
Juiz de direito	0	0	1	2

Pintor	0	0	1	2
Empregado da santa casa	0	0	0	1
Marchante	0	0	0	1
Sem informação	61	43	60	48
TOTAL	101	68	102	96

Temos plena consciência do quão extensa é a tabela acima e de como poderíamos agregar algumas das ocupações citadas, em categorias, mas optamos por descrever todas as profissões encontradas para sermos mais fidedignos em relação à documentação pesquisada.

Baseando-se nos dados da tabela, identificamos a princípio o crescimento do número de filhos de comerciantes na escola, o que nos levou a crer que a atividade comercial teve um visível crescimento a partir de meados da década de 40. Encontramos, em relação à profissão dos pais, uma maior presença de atividades consideradas menos nobres, ou seja, atividades comuns de um centro urbano de grande importância regional.

Também nos atraiu a atenção na tabela acima a existência de alunos oriundos de camadas sócio-econômicas privilegiadas, como os filhos do Comandante da Polícia, do Juiz de Direito da Comarca e de um proprietário de engenho, logicamente posições de destaque na sociedade cachoeirana, e que não costumavam enviar seus filhos às escolas de primeiras letras públicas. Havia na Vila pelo menos quatro aulas de primeiras letras particulares. Nossa postulação sobre esse fenômeno baseia-se nas atestações quanto à integridade e qualidade profissional do Pe. Azevedo, que se fazia bastante comum nos relatórios dos inspetores escolares, dos vereadores da vila, tendo o funcionamento da sua aula chegado ao

conhecimento até dos Presidentes da Província. Situação apenas encontrada nessa escola de primeiras letras, que creditamos tratar-se do “carisma” e dedicação desse professor.

Outro item dos mapas do Pe. Azevedo que os diferenciava dos demais eram as informações contidas sobre uma a vacinação dos alunos. Esta informação que só apareceu nos mapas de 1846 e 1847 comunicava ao Presidente da Província os nomes dos alunos que foram vacinados, dos que haviam tido “bexigas”, como também dos que não a haviam tido, pois havia uma razoável preocupação com a incidência dessa moléstia, pois os índices de vacinação ficaram em ambos os anos acima do patamar de 70%, o que consideramos altíssimo para o período. Essa espécie de controle profilático realizado pela instituição escolar nos remeteu a uma nova dimensão da escola, agora encarada também como também importante para o fornecimento de informações sobre outras questões não-diretamente pedagógicas de uma dada região.

A importância da regularidade, quantidade e uniformidade das informações emitidas pelo professor Azevedo, nos permitiram, ao contrário das outras situações que analisamos, estabelecer uma relação comparativa de alguns aspectos por um maior período de tempo, o que nos possibilitou fazer, se bem que ainda inferências, mais com um grau maior de confiabilidade. Assim, por exemplo, as informações sobre a cor dos alunos nos permitiram, mais seguramente, conhecer esses alunos em sua variada composição étnica, ao longo de parte da década de 40 do século XIX.

Tabela 2 – Cor dos alunos

COR	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branco	41	40,59	19	27,94	39	36,11	31	32,29

Pardos	41	40,59	33	48,52	60	55,55	55	57,29
Crioulos	08	7,92	08	11,76	04	3,70	04	4,16
Cabra	06	5,94	08	11,76	05	4,62	06	6,25
Sem informação	05	4,95	00	0	0	0	0	0
TOTAL	101	99,99	68	99,98	108	99,98	96	99,99

A um primeiro exame dos dados acima, já apontamos uma questão curiosa, que é o percentual sempre majoritário de alunos pardos nessa aula de primeiras letras, apesar de não se tratar de nenhum contrasenso com relação à formação étnica da Vila de Cachoeira. Achamos esse dado interessante, por ter sido Cachoeira a vila mais destacada do Recôncavo no período, e ainda, pelo fato de sua localização no interior do Convento do Carmo, região mais central da vila. Por isso esperávamos uma afluência majoritária de alunos brancos em todos os anos estudados, por ter sido a tônica nas freguesias que estudamos em Salvador.

Um outro item constante em todos os mapas elaborados pelo professor Azevedo é o relativo às condutas comuns dos alunos. Nesse aspecto, assim como outros professores, as queixas eram freqüentes em relação às constantes faltas dos estudantes. Esse professor, em sua volumosa correspondência, não se eximiu de afirmar que a culpa residia na irresponsabilidade dos pais que permitiam que seus filhos ficassem fora da escola, ou faltassem constantemente, como no caso do aluno pardo, chamado Tito Augusto de 10 anos de idade. Considerado ter “[...] vocação por peralta, por enquanto he de conducta mui depravada por culpa dos paes, que vivem sempre embriagados de sorte que mora defronte da aula”. (APEB, Ensino Elementar, 3998, 19/12/1846).

Sobre as idades desses alunos, encontramos em sua maioria, entre oito e onze anos de idade, sendo que, a entrada desses alunos em sua aula ocorria em média entre os sete e oito anos, já a idade média de conclusão nesta escola, para os poucos que lá chegavam, era por volta dos 12 anos de idade.

Ao tratar desta questão, nos vimos mais uma vez, tendo que configurar o aluno que conseguia sair “pronto” desta aula. Já vimos sua idade, mas seu tempo de permanência médio era de quatro anos. Este aluno iniciou seus estudos pelo processo mais elementar, a saber, o de rabiscar as primeiras letras, no chamado “banco de areia”. Por outro lado, encontramos casos de outros alunos que conseguiram concluí-la em pouco menos que um ano, mas após exame mais detalhado, detectamos tratarem-se de alunos que já haviam iniciado na escola com algum conhecimento anterior, provavelmente eram oriundos de outras aulas, e, quando da sua entrada, já eram colocados em uma classe de leitura, escrita e aritmética condizente com o seu grau de conhecimento. Como podemos ver no caso citado pelo dito professor do aluno Manuel Tertuliano de Cerqueira, pardo, de 13 anos de idade, que “Estando quasi prompto foi de muda para Feira, onde esteve caixeiro. Tornou em janeiro deste anno em cuja ephoca matriculou-se 3^a vez, principiando agora, he aplicado, e de bôa conducta”. (APEB, Ensino Elementar, 3998, 19/12/1848).

Um dos aspectos mais importantes das informações contidas nos mapas da aula deste professor de primeiras letras reside no fato de a partir delas, podermos responder uma outra importante questão: o que podiam esperar esses meninos após a conclusão dos estudos nessa escola?

Com base nas observações do Pe. Azevedo, em relação aos dez alunos que saíram prontos de sua aula nos anos de 1840 (4), 1842 (2), 1846 (2) e 1847 (2), sabemos que três deles foram aprender o ofício de pedreiro, três o de alfaiate, e os outros de caixeiro, músico,

ourives e sapateiro. Esses ainda poderiam ser considerados felizardos, se os compararmos com aqueles que ficaram pelo caminho, como o aluno João Pedro Avellino, pardo, 13 anos, que, devido a suas constantes faltas, observa o professor “pouco se adianta pelas continuas faltas, tem que pescar para suprir a Mãe”. (APEB, Ensino Elementar, 3996, 12/12/1842).

Por tal constatação consideramos (ao contrário da maioria dos manuais de história da educação) que esse modelo escolar cumpriu – na medida do possível para as condições materiais de existência – com os seus objetivos, e, em nenhum momento, se desviou deles, ou seja, de fornecer instrução básica para os indivíduos oriundos das camadas mais pobres da população provincial, mais sem oferecer nenhuma possibilidade de ascensão social, ou mais simplesmente, acesso a qualquer outro grau de ensino mais elevado, algo que ficou muito patente nas dificuldades de permanência desses alunos na escola. Assim afirmamos que o método de ensino mútuo não pode ser acusado de obsoleto e ultrapassado quando da sua aplicação no Brasil, não podemos esquecer que este método foi aquele que possibilitou o domínio dos princípios de leitura, escrita, aritmética, e principalmente de uma formação disciplinar das classes trabalhadoras da França e da Inglaterra em especial, classes estas, constituídas pelos “fôlegos” vivos do desenvolvimento industrial do velho mundo desde finais do século XVIII.

Assim consideramos que os baixos índices de atendimento e eficiência do método de ensino mútuo em nossas terras deu-se pela inadequação da sua aplicação sob condições adversas, onde a escola não era de fato valorizada nem pelo Estado nem pelos próprios brasileiros, estes – justamente - mais preocupados em buscar, nas agruras do cotidiano, a satisfação das suas existências, isto, juntamente a uma grande população de indivíduos destituídos de um estatuto de liberdade jurídica, o que por si só se não os excluía da instrução formal, pelo menos a reduzia a iniciativas pessoais e/ou filantrópicas.

Para efeito de conclusão, devemos destacar que dado o caráter de ainda incipiência dos estudos históricos sobre os anos iniciais do século XIX, e mesmo dos séculos anteriores, deve-se atentar para as peculiaridades espaço-temporais inseridas na amplitude do próprio território brasileiro, com isso buscando desvincular-se de uma concepção de generalidade e mesmo de totalidade que termina por excluir as singularidades que devem ser compreendidas como acréscimos para uma melhor compreensão do geral a partir de tais particularidades.

Nesse sentido, muito ainda há que ser pesquisado por meio das séries e maços do Arquivo Público do Estado da Bahia, que só muito recentemente tem merecido dos historiadores da educação uma atenção mais detida no sentido de através de um vasto, diversificado e esclarecedor *corpus* documental peculiarizar a história da educação baiana com o objetivo de contribuir de maneira mais efetiva para com a historiografia educacional brasileira.

BIBLIOGRAFIA

APEB. **Coleção de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia**. Salvador: Tipografia Antônio Olavo da França Gama, s/d.

ASSIS, Alberto de. A instrução primária na Bahia. **In** D.O. E Edição Especial do Centenário da Independência da Bahia. Gráfica do Estado, 1923.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BASTOS, M^a Helena & FARIA FILHO, Luciano M. **A Escola Elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo - RS: EDIUPF, 1999.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Editora UFRJ, 1993.

ENGUIITA, Mariano F. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

GILLES, Thomas R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

HOLLANDA, Sérgio B. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1972.

MATTOSO, Kátia M. Q. **A Bahia no século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NUNES, Maria T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo**. Tradução de João Alves Portella. Bahia: Typ. de A. O. de França Guerra e Comp., 1854.

SILVA, José. C. A. "Filhos do Padre": ensino de primeiras letras para a mocidade cachoeirana. (1840/1847). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 4., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. 1 CD-ROM.

SILVA, José C. de A. Pe. Manoel Joaquim d'Azevedo: vida e idéias de um mestre de primeiras letras no Recôncavo Baiano do Século XIX. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE. 14, 1999, Salvador. **Anais...** UFBA, 1999. 1 CD-ROM.

SILVA, José. C. A. Viver do Magistério na Bahia Imperial: Salvador. **Revista da FAEEBA**, nº 13. 2000.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Ática, 1987.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Fontes para o estudo da educação no Brasil (Bahia)**. INEP/MEC, s/d.

VIDAL, Diana G. & FILHO, Luciano M. Faria. **As lentes da história**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

